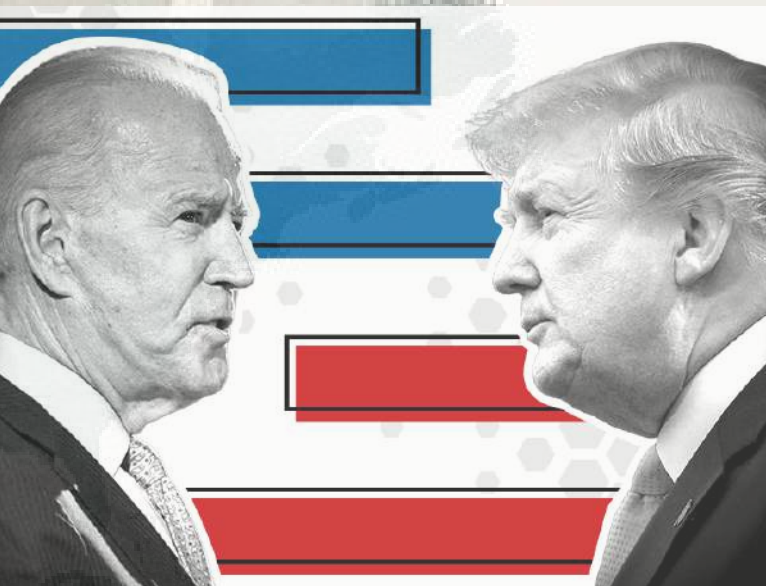


O QUE ESTÁ EM JOGO PARA A ECONOMIA MUNDIAL?



A incerteza global nas mãos dos EUA, China e Europa num Mundo Pós-Pandémico

João Catarino Campos
Página 1



As eleições americanas e a economia mundial

Professor António Mendonça
Página 3



A Europa que se impõe

Tiago Oliveira
Página 6

A incerteza global nas mãos dos EUA, China e Europa num Mundo Pós-Pandémico



João Catarino Campos

Mestrado Economia Internacional e Estudos Europeus no ISEG
Vice-Presidente do Conselho Nacional de Debates Universitários

Dia 3 de novembro será um dia fundamental para a Ordem Mundial. Biden leva uma larga vantagem em vários órgãos de informação e Estados decisivos há semanas consecutivas, o que deixa à atual Ordem Mundial um sorriso esperançoso, contudo, vale a pena aguardar serenamente.

Ainda assim, e depois de 4 anos desastrosos de política externa de Trump enquanto líder da (ainda) potência mais influente a nível mundial, existem tendências que Biden não conseguirá parar – e se calhar nem quer. Basta vermos, por exemplo, um deslocar de atenção do Atlântico para o Pacífico

já no fim da Administração Obama – onde Biden foi seu Vice – e que começa a romper com a ordem estabelecida no pós-Guerra.

"Dia 3 de novembro será um dia fundamental para a Ordem Mundial."

Neste cenário, a Europa tem um desafio entre mãos enorme: conseguir posicionar-se entre uns Estados Unidos, aliados democráticos históricos, a perder gás e uma China, propriedade do Partido Comunista Chinês, a ganhar dimensão económica, comercial, geopolítica e influência concreta.

A Europa fez-se de queda em queda. De certa forma, foi quando o drama político surgiu, como aconteceu agora com os projetos de recuperação pós-covid, que houve resiliência para avançar na integração europeia. E sejamos realistas: a única possibilidade de podermos sentar, a meu ver, a Europa e a sua agenda à mesa com China e EUA é apenas num quadro de continua integração.



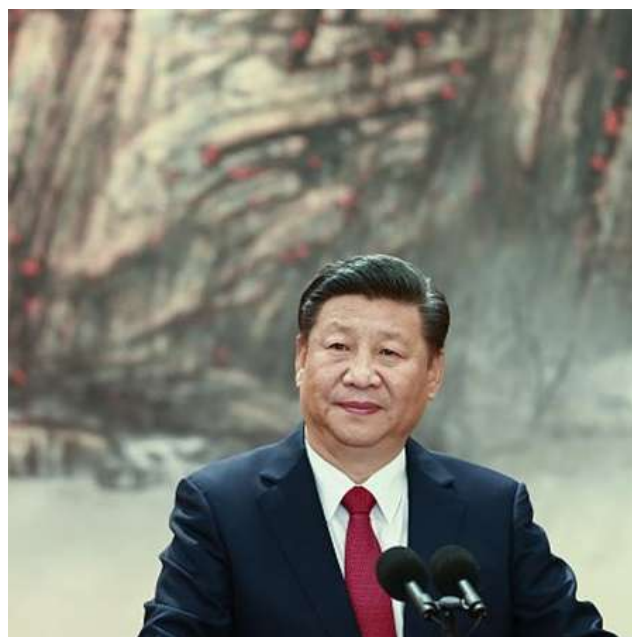
"Uma política externa concreta e comum da Europa pode ser um dos maiores passos para motivar a sua integração e gerar daí um ciclo virtuoso que se alimente de ambos os lados."

Mas, numa visão mais otimista, acredito que esta integração pode ser potenciada neste surgimento de uma 3ª via europeia. Os sentimentos de pertença social e de unidade são historicamente ligados a algum tipo de “combate” externo ou uma imposição nacional face a um Mundo que está lá fora. Uma política externa concreta e comum da Europa pode ser um dos maiores passos para motivar a sua integração e gerar daí um ciclo virtuoso que se alimente de ambos os lados.

Vivemos tempos em que há uma geração inteira de europeus que vê com distância os EUA, seja em termos de prioridades políticas seja em termos de valores. Compreende-se essa posição e até poderá ser ela um impulsionador da tal 3ª via que falei. No entanto, vale sempre a pena não esquecer que, se um dia não houver alternativa se não tomar uma opção, os EUA serão o parceiro preferencial.

Apesar do crescimento Chinês, nem tudo são rosas no seu desenvolvimento interno. O gigante asiático depara-se ainda com uma série de desafios típicos de uma economia em desenvolvimento. A desigualdade é grande, a repressão também, a liberdade de manifestação, expressão, circulação, económica e de informação castra o desenvolvimento de uma classe média cada vez maior, mais organizada e com maior potencial reivindicativo. Além disto, as instituições e o próprio Estado continuam manifestamente aquém no papel que devem ter, nomeadamente a nível da separação de poderes, mecanismos de tributação, coesão territorial etc.

"O gigante asiático depara-se ainda com uma série de desafios típicos de uma economia em desenvolvimento."



O Mundo pós-pandémico será repleto de incertezas. A China parece estar a recuperar de uma pandemia da qual os EUA e a Europa continuam concentrados e direcionados como se de uma Guerra se tratasse. As reformas globais que são urgentes serem feitas, e das quais é necessário estes 3 blocos económicos concordarem minimamente, como o ambiente e o digital, estão agora em stand-by, num Mundo parado há meses.

As eleições americanas e a economia mundial



António Mendonça

Professor Catedrático
Coordenador do Mestrado em economia
Internacional e Estudos Europeus
Presidente do CEa – Centro de Estudos
sobre África e Desenvolvimento

Donald Trump anunciou que no dia da sua tomada como Presidente dos Estados Unidos, que ocorreu no dia 20 de janeiro de 2017, iria tomar imediatamente 7 ações para proteger os trabalhadores americanos:

Primeira:

renegociação do acordo de comércio livre entre os Estados Unidos, o Canadá e o México (NAFTA) ou, simplesmente, saída dos Estados Unidos deste Acordo, existente desde janeiro de 1994 e que tinha permitido uma maior integração económica na América do Norte;

Segunda:

saída dos EUA da Parceria do Trans-Pacífico, um acordo comercial e económico mais vasto, incluindo mecanismos de gestão macroeconómica, designadamente a nível das taxas de câmbio englobando os países da bacia do Oceano Pacífico (a China colocou-se de fora, apenas participando em aspetos ligados à internet) e representando cerca de 40% do PIB mundial;

Terceira:

instrução ao Secretário do Tesouro (o equivalente ao nosso ministro das finanças) no sentido de designar a China como manipulador da moeda;

Quarta:

instrução ao Secretário do Comércio e às instituições americanas do comércio para identificarem todas as situações de abuso no comércio internacional consideradas injustas para os trabalhadores americanos e usarem todos os mecanismos legais, nacionais e internacionais, para as pararem de imediato;

Quinta:

suspensão das restrições à produção de 50 biliões de dólares em reservas de energia geradoras de empregos nos Estados Unidos, incluindo xisto, petróleo, gás natural e carvão limpo;

Sexta:

levantamento dos obstáculos Obama-Clinton ao avanço de projetos de infraestrutura de energia considerados vitais, como o Oleoduto de Keystone;

Sétima:

cancelamento dos milhares de milhões de dólares previstos em pagamentos para programas de alterações climáticas da ONU e uso alternativo do dinheiro para recuperação da infraestrutura hídrica e ambiental da América.

Nestas sete medidas não está incluído o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), entre os Estados Unidos e a União Europeia, mas também este foi objeto da intervenção do presidente americano e encontra-se a marcar passo atualmente.

Muitas outras medidas polémicas foram tomadas durante a administração Trump, mas as aqui enunciadas são suficientes para caracterizar a posição do Presidente relativamente ao papel dos Estados Unidos na Economia Global: não aceitar nada que ponha em causa aquilo que consideram ser o interesse americano. É a divisa *America First*, cuja consequência maior é a condenação do multilateralismo – o precioso instrumento que moldou a economia mundial no período do pós-segunda guerra mundial até aos nossos dias – à mais completa ineficácia, com todos os perigos que isso que acarreta e cujos efeitos já se fazem sentir em múltiplos domínios das relações internacionais, com particular evidência na luta contra a COVID-19.

Num balanço primário destes quatro anos de presidência Trump dos Estados Unidos, podemos dizer que esta política “antiglobalização” foi razoavelmente bem-sucedida. Não tanto em termos de consequências positivas para a economia mundial, mas em termos de efeitos imediatos sobre a economia americana que consolidou tendências positivas que, diga-se em abono da verdade, haviam sido herdadas da administração Obama.

Quando se compara a evolução da economia americana com a economia europeia, seja a nível da União Europeia no seu conjunto, seja a nível da Zona Euro, o que se evidencia é uma melhor capacidade dos americanos de recuperarem face à crise de 2008 – 2009, muito em resultado de terem sido mais pragmáticos na utilização da política económica, reduzindo rapidamente e sem hesitações as taxas de juro de referência, ao mesmo tempo que punham em campo políticas orçamentais claramente anti cíclicas. Ao contrário dos europeus que só conseguiram encontrar um caminho de saída com a chegada de Mario Draghi à presidência do BCE.

E mesmo atualmente, em plena crise económica gerada pela COVID-19, as projeções de outubro do FMI, apontam para uma quebra da economia americana de 4,3% do PIB, praticamente metade da projetada para a economia da Zona Euro que é de 8,3%.



"Num balanço primário destes quatro anos de presidência Trump dos Estados Unidos, podemos dizer que esta política “antiglobalização” foi razoavelmente bem-sucedida."



"E mesmo atualmente, em plena crise económica gerada pela COVID-19, as projeções de outubro do FMI, apontam para uma quebra da economia americana de 4,3% do PIB, praticamente metade da projetada para a economia da Zona Euro que é de 8,3%. "

É evidente que “a procissão ainda vai no adro”, como se costuma dizer nestas situações, em que a incerteza é enorme, mas não é de esperar a curto prazo uma grande inversão de tendências.

Curiosamente, a China, país com o qual os Estados Unidos encetaram uma guerra comercial e não só, tem revelado uma resistência notável a todas as adversidades, tendo conseguido manter inalteráveis os seus desígnios estratégicos fundamentais, não obstante o combate enorme que lhe é movido contraditoriamente pelos Estados Unidos.

As projeções referidas do FMI, apontam para que a economia chinesa seja a única grande economia a ter um crescimento positivo em 2020, de 1,9% e uma rápida retoma em 2021. Para além disso, mantem em desenvolvimento todas iniciativas visando a recuperação das chamadas Rotas da Seda que ligavam a Ásia à Europa, por via terrestre antes de os portugueses estabelecerem os alicerces da globalização atual com a ligação dos continentes por via marítima. Ao mesmo tempo desenvolvem políticas de desenvolvimento acelerado e de atração de empresas tecnológicas na zona da Grande Baía, onde se integra a nova ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau. A ideia é criar em toda a área envolvente um polo de dinamismo económico, tecnologicamente de vanguarda, capaz não só de atrair as melhores empresas nacionais e internacionais, como constituir um fator de irradiação de dinamismo económico internacional. Que já está paulatinamente a fazer o seu caminho, independentemente de todos os bloqueios de que é alvo, por parte, não só dos americanos, mas também dos europeus que, no atual contexto, parecem pouco seguros do que querem fazer, para além da reafirmação das apostas nas questões ambientais, energia renovável, digital, economia circular, etc.

O que parece pouco, tendo em conta o jogo que se disputa atualmente a nível global. Não esquecer, a este propósito, a recente ameaça feita pelo embaixador americano em Lisboa, ao desenvolvimento das relações de Portugal com a China. Algo impensável á luz das boas relações diplomáticas entre aliados, mas que parece ter-se tornado a prática no quadro da presidência Trump americana.

Para terminar, diremos que o vai estar em jogo nas próximas eleições de 3 de novembro, é a continuação e o aprofundamento de todas as tendências distópicas das relações económicas internacionais, que já se vinham desenhando antes, mas que foram completamente libertadas com a presidência de Donald Trump dos Estados Unidos, ou a possibilidade de recuperar as boas práticas da gestão cooperativa multilateral da economia global – e também de liderança – com objetivos de desenvolvimento económico, social e humano, equilibrado e sustentável, para que a proposta eleitoral de Joe Biden parece apontar.

"As projeções referidas do FMI, apontam para que a economia chinesa seja a única grande economia a ter um crescimento positivo em 2020, de 1,9% e uma rápida retoma em 2021."

A Europa que se impõe



Tiago Oliveira

Licenciatura em economia e mestrado em
Economia Monetária e Financeira no ISEG
Ex-membro da SDUL

Nos últimos anos a China apresenta-se, cada vez mais, como a alternativa inevitável à potência hegemónica incumbente desde o século passado: os Estados Unidos da América. A concorrência entre estes dois Estados vive não apenas na esfera comercial, mas também numa esfera política, diplomática e, sobretudo, de influência de facto. Estas duas potências coexistem e competem, em simultâneo, não sendo, no entanto, suportadas por blocos rígidos e antagónicos de aliados, como foi o caso durante a Guerra Fria entre EUA e URSS. Disseminou-se, aliás, uma espécie de dissonância cognitiva na política externa de vários Estados que, como o Estado português, podendo não ter na China o seu parceiro predileto, admite não poder passar sem a convivência simultânea com os dois gigantes económicos.

Esta opção de política externa, podendo parecer pragmática, não passa, na realidade, de ausência de ambição e pensamento estratégico, em particular para Estados europeus, para os quais essa ambivalência de relações não poderá ser sustentável no longo prazo. Ainda assim, não crendo que os EUA e a China sejam parceiros equiparáveis, é inegável que a liderança americana tem acolhido cada vez menos os interesses europeus e, por isso, a resposta a este dilema passa necessariamente por discutir o papel que a Europa, em particular a União Europeia, pode e pretende desempenhar como uma potência alternativa virtuosa.

De facto, o projeto internacionalista e multilateralista lançado pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial está em assinalável decadência: quer pela perceção de falhanço das mais marcantes intervenções bélicas americanas deste século, no Iraque e no Afeganistão, merecendo hoje forte reprovação da maioria das populações europeias e mesmo de alguns líderes políticos, admitindo que teriam adotado outra posição caso a informação disponível na altura fosse aquela de que se dispõe hoje[1]; quer pela redução clara do nível de apoio dos próprios americanos à liderança dos EUA em intervenções externas pela paz e democracia, em comparação com a década de 80 do século passado – atualmente uma clara maioria da população prefere que os EUA não desempenhem este papel, mesmo em situações de abuso de direitos humanos[2].

**"A resposta a este dilema
passa necessariamente por
discutir o papel que a Europa,
em particular a União Europeia,
pode e pretende desempenhar
como uma potência alternativa
virtuosa."**

Já a China vai representando o papel de aliado “estratégico”, respondendo de forma imediata a necessidades dos Estados que consigo cooperam. Estas necessidades variam desde a construção de infraestruturas em países africanos até à compra de dívida pública e do capital de empresas estratégicas ocidentais [3]. A China vai fornecendo os meios para suprir necessidades urgentes de populações por todo o mundo, a troco de aparentemente muito pouco: embora peça a contratação de empresas chinesas, não estabelece condições políticas quando concede empréstimos com juros baixos e maturidades longas a Estados com restrições de liquidez e elevada probabilidade de incumprimento. Na realidade, a benevolência chinesa não é fruto de caridade ou solidariedade fraterna; é, isso sim, uma estratégia ambiciosa de fomento da influência chinesa na ordem política mundial. Em resultado, cada vez mais países, anteriormente “não-alinhados”, votam hoje resoluções favoráveis aos interesses da China[3] e impedem burocraticamente a imposição de sanções às violações dos direitos humanos que acontecem sob o regime de Xi Jinping, como são exemplo a repressão à liberdade de expressão e a perseguição histórica a minorias étnicas em território chinês[4].

"A União Europeia afigura-se, assim, a principal líder global viável para um futuro que se quer mais justo, próspero, e onde os direitos humanos não sejam nunca uma questão."

A União Europeia afigura-se, assim, a principal líder global viável para um futuro que se quer mais justo, próspero, e onde os direitos humanos não sejam nunca uma questão. Internamente, há mais a unir os europeus do que costumamos admitir. Além da defesa da economia social de mercado ou da apologia da liberdade de circulação, as metas ambientais assumidas pelos Estados-Membros da UE (excetuando a Polónia) na sequência dos Acordos de Paris foram das mais ambiciosas a nível mundial. Também por isto, a UE é a terceira maior economia do mundo[5] e principal parceiro comercial de mais de 80 países, demonstrando a existência do potencial de influência para que a sua agenda se faça notar e representar no palco internacional.

A celebração de tratados comerciais cada vez mais exigentes no que toca ao cumprimento de critérios ambientais mostra que a UE compreende, pelo menos em parte, que tem capacidade para influenciar com sucesso a política internacional.

O alinhamento dos interesses e disposições políticas dos países europeus tende a obter resultados concretos que respondem às necessidades das suas populações, como é exemplo o recente acordo de emissão de dívida conjunta, que dará oportunidades de investimento com vista a revitalizar as economias europeias e o potencial de salvar ou resgatar milhões de empregos.

Pelas diferenças no grau de soberania e na forma de governo, a UE tende a partir atrás dos EUA e da China no que toca à rapidez da recuperação económica – ambos Estados soberanos, o primeiro caracterizado pela flexibilidade do mercado de trabalho, originando fortes embates depressivos seguidos de recuperações rápidas nos níveis de emprego, e o segundo beneficiando da possibilidade de gestão exaustiva e autoritária da pandemia, alcançando em pouco tempo uma estabilização da crise sanitária, o que se materializou numa recuperação atempada da economia – contudo, nunca os Estados europeus terão dependido tão pouco de fatores externos à sua disponibilidade para cooperar para propiciar uma recuperação robusta. Tudo aponta, do mea culpa do FMI à consonância entre Comissão Europeia e os dois países que informalmente lideram o Conselho Europeu (França e Alemanha), passando ainda pela ação antecipatória e proactiva do BCE, para uma revolução na narrativa de responsabilização nacional propagada pelas instituições internacionais, traduzindo-se, na prática, numa rede de segurança que inibe a possibilidade de uma nova crise das dívidas soberanas e estimula novos acordos reformistas e de benefício mútuo em todas as áreas de governação.





Urge, desta feita, que os exemplos de consenso sejam cada vez mais frequentes, e que se estendam tanto à organização interna como ao discurso e ação externa da UE, para que esta se possa efetivamente afirmar como uma potência alternativa. Internamente seria fundamental maior planificação e materialização de mecanismos de segurança e defesa comuns capazes de reduzir a dependência da NATO, não necessariamente em substituição desta, mas pelo menos gerando liberdade de decisão suficiente aos países europeus no que tocar a seguir ou não (ou com maior ou menor intensidade) as posições da política externa americana; além da organização das posições políticas dos países europeus em relação a projetos chineses como a iniciativa Belt and Road e o recurso à Huawei para o lançamento da rede 5G. Também a conclusão da união bancária, bem como um pacto de não-agressão fiscal e a restituição do respeito pleno pelo Estado de Direito na Hungria e na Polónia, são dos desafios mais prementes à coesão interna da UE.

Uma vez trabalhadas estas fragilidades internas e existindo um verdadeiro esforço para expandir a influência europeia pelo globo, a UE terá condições para desenvolver uma política externa que apoie todas as populações na prossecução dos valores fundamentais da justiça, paz e democracia, estabelecendo-se como a parceira primordial das instituições multilaterais, desenhando planos de cooperação para o desenvolvimento que respeitem as populações ao implicar a consagração de direitos, liberdades e garantias e aprimorando o funcionamento das instituições nos países em desenvolvimento, e liderando o globo na luta contra as alterações climáticas, a verdadeira prova de fogo deste século para a humanidade.

É possível e desejável a existência de uma alternativa ao domínio americano ou chinês, e a UE tem a capacidade para alcançar esse estatuto – basta que acredite nessa possibilidade.

"Urge, desta feita, que os exemplos de consenso sejam cada vez mais frequentes, e que se estendam tanto à organização interna como ao discurso e ação externa da UE, para que esta se possa efetivamente afirmar como uma potência alternativa."



[1] <https://observador.pt/2020/06/15/durao-barroso-diz-que-se-soubesse-o-que-sabe-hoje-teria-tomado-posicao-diferente-na-guerra-do-iraque/>

[2]<https://egfound.org/wp-content/uploads/2019/02/EGF-WorldsApart-2019.pdf>

[3]https://www.youtube.com/watch?v=zQV_DKQkT8o&ab_channel=WendoverProductions

[4]<https://www.nytimes.com/2020/09/24/world/asia/china-muslims-xinjiang-detention.html>

[5]<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/10868691/2-19052020-BP-EN.pdf/bb14f7f9-fc26-8aa1-0d4-7c2b509dda8e>

RECRUTAMENTO

De 28 de outubro a 11 de novembro

3 fases: candidatura, dinâmica de grupo e entrevista

Serás a carta que nos falta?



Lê o QR Code e Inscreve-te



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

IBC

ISEG Business Club